



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

## Acumulação flexível: a “nova” arquitetura do capital

Doutorando Roney Gusmão do Carmo

Doutorando pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Estrada do bem querer KM 04, Recreio, 45000-000 - Vitória da Conquista, BA. E-mail: guzmao@hotmail.com

Doutora Ana Elizabeth Santos Alves

Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Estrada do bem querer KM 04, Recreio, 45000-000 - Vitória da Conquista, BA E-mail: ana\_alves183@hotmail.com

### ARTICLE HISTORY

Received: 01 October 2013  
Accepted: 24 February 2014

PALAVRAS-CHAVE:  
Acumulação flexível  
Ideologia  
Subjetividade  
Espaço urbano

### RESUMO

Pretendemos analisar o fenômeno da acumulação flexível, aqui entendida tanto pela estrutura econômica e política, como também, por sua arquitetura ideológica, capaz de penetrar a subjetividade dos sujeitos, inaugurando novas formas identitárias inscritas no que se insiste definir por “aldeia global”. A superfície da acumulação flexível se mostra sofisticada e democrática, entretanto sua ação é absolutamente ambígua, agravando assimetrias e instaurando eventuais crises de identidade a partir do não-reconhecimento do local em função dos desdobramentos simbólicos da transnacionalização do mercado.

KEY-WORDS:  
Flexible accumulation  
Ideology  
Subjectivity  
Urban space

ABSTRACT: FLEXIBLE ACCUMULATION: THE “NEW” CAPITAL ARCHITECTURE. We intend to analyze the phenomenon of flexible accumulation, understood here as well as economic and political restructuring, but also recognized for its ideological architecture, able to penetrate the subjectivity, opening new forms of identity of the “global village”. The surface of flexible

accumulation shows sophisticated and democratic, but its action is absolutely ambiguous, exacerbating inequalities and establishing any identity crises from non-recognition site on the basis of symbolic unfolding of transnationalization on the market.

---

RESÚMEN:  
Acumulación flexible  
La ideología  
La subjetividad  
El espacio urbano

RESÚMEN. CUMULACIÓN FLEXIBLE: LA "NUEVA" ARQUITECTURA DEL CAPITAL. Se pretende analizar el fenómeno de la acumulación flexible, aquí entendida tanto por la reestructuración económica y política, así como por su arquitectura ideológica, capaz de penetrar en la subjetividad inaugurando nuevas formas de identidad, sentadas en la "aldea global". La superficie de la acumulación flexible muestra sofisticada y democrática, pero su acción es absolutamente ambigua, lo que agrava las desigualdades y el establecimiento de crisis de identidad por el no reconocimiento sobre los efectos de la transnacionalización del mercado simbólico.

---

## Introdução

O presente artigo é desenvolvido a partir da pesquisa que estamos debruçando no curso do doutorado. O enfoque da tese que construímos se situa nos efeitos do largo processo expansionista do capital vivenciado no Brasil depois dos anos 1990, a que Harvey (1993) define por acumulação flexível. Evidentemente, as estratégias de perpetuação do sistema capitalista não se manifestam em simultaneidade em todas as partes do mundo, mesmo que os recursos de tecnologia tenham viabilizado a propagação da ideologia do capital de modo tão rápido. Essa afirmação é pertinente porque o nosso campo empírico é o município de Vitória da Conquista, cidade com aproximadamente 300 mil habitantes, situada no interior da Bahia, onde os efeitos da acumulação flexível aportaram de modo tardio, mais precisamente nesse início de século XXI.

Para Harvey (1993), a acumulação flexível é uma resposta do capitalismo para contextos econômicos de baixo crescimento, cujos padrões forçam a flexibilização de estruturas com vistas a remanejamentos instantâneos segundo as imprevisibilidades do capital. Esse modelo de organização do capital contou com as novas tecnologias, dinamizadas no final do século XX, adquirindo um poder penetrante nos mais remotos espaços, em tempos e dinâmicas distintas, ao certo.

As formas pelas quais a acumulação flexível se mostra efetivamente como realidade histórica do presente momento capitalista é uma constatação visível em diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, o presente texto pretende esquadriñar algumas dessas esferas que têm sido precisamente redesenhadas pela acumulação flexível. A princípio definiremos acumulação flexível e, em seguida, trataremos da realidade vivenciada por Vitória da Conquista e, por último, tocaremos na forma como a flexibilidade atinge a subjetividade dos sujeitos e penetra as representações de homens e mulheres.

### Acumulação flexível: do conceito ao contexto

As transformações verificadas no sistema produtivo se configuram como necessidade urgente de manutenção da ação predatória do capital. Assim, seria negligente compreender os modelos de produção como técnicas isoladas ao interior do espaço de trabalho, como reposicionamento pontual de determinadas fábricas para maximização da produção. Tais mudanças impactam diretamente as relações de trabalho no interior da empresa, mas é fruto de desafios postos ao capital num plano orgânico global. Dessa forma, a reconversão produtiva deixou de ser vista como mudanças “cuja virtualidades e transferibilidade deveriam ser dissecadas”, uma vez que “as instituições fabris são, elas mesmas, fruto das práticas pretéritas dos agentes, isto é, produto de escolhas entre alternativas históricas, contextualizadas pelo mundo da organização e das relações industriais” (CASTRO, 1995, p. 18). Seguindo esse raciocínio, a ação estratégica do sistema em nível global se torna um componente fundamental para compreender as transformações técnico-organizacionais que sedimentam nos ambientes de trabalho e também nos apelos realizados ao público acerca do consumo.

A trajetória cíclica do capitalismo se associa a um amplo processo de transformações sociais e econômicas. Por isso, medidas estratégicas aplicadas ao processo produtivo se sincronizam a uma necessidade constante de multiplicação do capital e perpetuação do regime concentrador. Esse fato permite compreender que as transformações na concepção de trabalho, bem como o meio pelo qual este se insere na prática social de homens e mulheres, passa por uma formação histórico-social.

Uma transformação da concepção do trabalho, que não é mais só um dever que responde a exigências religiosas, morais ou mesmo econômicas. O trabalho torna-se a fonte de toda riqueza e, para ser socialmente útil, deve ser repensado e reorganizado a partir dos princípios da nova economia política (CASTEL, 1998, p. 213).

Seguindo esse raciocínio, se o trabalho é reorganizado para e pelos “princípios da nova economia política” e este todo orgânico se insere num contexto de mudanças históricas, então, pode-se entender que as táticas aplicadas para controle e reprodução do capital, por meio do trabalho, também se associam a uma dinâmica complexa e ampla. Por esse motivo, “a origem da fragmentação do trabalho, portanto, não é a divisão técnica, mas sim a necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada dos meios de produção” (KUENZER, 2007, p. 1162).

Pensar na flexibilização, como característica primordial da acumulação capitalista nessas últimas décadas, não significa sintetizá-la como mera estratégia de produção, articulada à necessidade de sobrevivência empresarial num cenário de concorrência acirrada. Mais que isso, flexibilidade é um modelo de organização econômica, social e política, associada à iminente necessidade de perpetuação do capital, sobretudo, equalizada ao contexto histórico, cuja lógica assenta na visceral tentativa de reinventar o sistema para garantir sua dinâmica acumulativa.

Por essa razão, abordar flexibilização implica em reconhecer que o capitalismo precisa alterar sua dinâmica para perpetuar, precisa refazer suas relações para se manter como tal e driblar limitações que se mostrem hostis à acumulação. A flexibilidade se configura como uma medida para reprodução do sistema, cujo princípio é marcado pela

[...]habilidade de um sistema para assumir ou transitar entre diversos estados de deterioração significativa, presente ou rutura, de custos quantidade e tempos, sendo uma variável de segunda ordem não-homogênea, definível a partir de aspectos intra e extra-fábrica. As necessidades de flexibilidade de um sistema de produção relacionam-se com contextos definidos pela relação produto-processo-mercado e pela sua opção competitiva, não sendo, portanto, generalizáveis (SALERNO, 1995, p. 62).

Para melhor compreensão das características impostas pela flexibilidade ao sistema produtivo, Salerno (1995) propõe oito dimensões que caracterizam o fenômeno da flexibilização produtiva. A seguir, mencionamos quatro dessas atribuições:

- i. Flexibilidade estratégica: Segundo o autor, esta se refere a uma característica muito nítida nesses últimos anos, em que empresas mudam rapidamente de estratégias de negócios e produção sem perdas significativas. Seja processos de fusões entre corporações ou compra de menores empresas, sempre tendo em vista adequações às demandas mutáveis do mercado.
- ii. Flexibilidade de volume: Ao menor sinal de retração ou expansão da demanda, a empresa precisa estar preparada para reposicionar a produção a serviço dessa imprevisibilidade. O mesmo se observa na relocação rápida do trabalho, a exemplo da terceirização com vistas a reduzir volumes de investimentos e riscos.
- iii. Flexibilidade de gama: É a capacidade de fazer pequenos reajustes nos produtos/componentes fabricados pela empresa. Essa característica inverte o sentido da demanda, uma vez que a produção aqui é rigorosamente ajustada em função da demanda, logo, não há estoque, mas total sincronismo com o perfil de consumo do cliente.
- iv. Flexibilidade social extra-empresa: Essa característica se relaciona a medidas que excedem o espaço do trabalho, tocando questões como legislação e regulamentação social e sindical, calcado na flexibilização de contratos de trabalho, o que torna variáveis questões como salários, horários e local do emprego. Para Salerno (1995, p. 63), no Brasil essa flexibilidade é exagerada, transfigurando-se num elemento "inibidor para o desenvolvimento da competitividade das empresas ao instabilizar sobremaneira a força de trabalho".

O que fica claro, por meio dessas dimensões da flexibilidade, é a constatação de que se trata de um elemento externo ao espaço fabril, todavia capaz de reorganiza-lo profundamente. As marcas deixadas pela reconversão produtiva,

realçadas pelo regime de acumulação flexível, impõem uma remodelagem em esferas múltiplas da sociedade, tanto no trabalho, como na qualificação dos trabalhadores, além do perfil dos consumidores, no papel do Estado, nas suas políticas públicas e nos meios de inserção dos governos na geopolítica internacional.

Desse modo, é possível entendermos que o processo acima descrito, embora mencionado no espaço fabril, adquiriu refrações significativas na organização produtiva de demais setores da sociedade, impactando severamente as relações de trabalho imersas na atual configuração capitalista. A produção fabril não é objeto de estudos no presente texto, entretanto sua menção se faz necessária como forma de compreender as novas formas de gestão suscitadas no setor do comércio a partir das transformações na esfera produtiva global.

Se hoje existe uma infinidade de tendências, modas, estilos, fetiches, subtipos de mercadorias, valores iconográficos e opcionais agregados ao produto, tal fato se deve por uma substancial modificação no processo produtivo alavancado pelas "novas" formas de gestão do capital global. De modo semelhante, as relações sociais e os vínculos trabalhistas se metamorfoseiam em total sintonia às mudanças impostas pelas formas de gestão que não se mantiveram restritas ao chão da fábrica, mas adquiriram força também nas esferas da sociedade mais próximas ao consumidor e mais corriqueiramente traçadas na vida social.

Novais é um caso emblemático do que ora falamos. As novas formas de gestão tragaram a subjetividade dos seus consumidores que, inevitavelmente, foram seduzidos pelos elementos fetichistas de um novo padrão comercial erigido nesse início de século. A dissolução de negócios locais, a exemplo da loja de Novais, evidencia uma aparência "natural" de transformação na economia que deixa uma sensação "evolutiva" no ar, sob a égide intencional de um sistema perverso e absolutamente concentrador.

De todo modo, as quatro características da flexibilidade, indicadas por Salerno, realçam mudanças que não foram acompanhadas pelos micronegociantes, tanto por falta de conhecimento, como por subestimarem o poder avassalador dos "novos" paradigmas organizacionais do capitalismo, como também por não possuírem condições financeiras de incorporarem tais incrementos. O resultado foi um acirramento das relações concorrenciais com fácil prevalescência do capital externo que engoliu pequenos negociantes num espaço de tempo razoavelmente pequeno.

### O componente ideológico da acumulação flexível

Partimos da ideia de que a consciência que integra os sujeitos à condição de classe trabalhadora advém da ação prática de homens e mulheres no ato de trabalho. Ao trabalhar, os indivíduos compartilham experiências laborativas que se agarram a discursos capazes de (re)produzir ideologias que orientam a ação dos sujeitos. Pertencer à classe trabalhadora é, então, exercer um papel social, é transitar por um espaço de luta, disputa, acomodação, incertezas etc.; é dar significado à prática social. Nesse contexto, não se pode falar em classe trabalhadora e em consciência, sem mencionar os discursos, ideologias e representações que compõem as relações sociais dos indivíduos postos na

condição de trabalhadores. Desse modo, a classe se associa diretamente às condições sócio históricas que disseminam ideologias e papéis sociais aos sujeitos de acordo com as proposições lançadas aos trabalhadores.

Como resultado, as transformações conduzidas pelo sistema capitalistas para garantir a hegemonia do capital, como aquelas verificadas nessa virada de séculos, impõem mudanças na ideia de consciência de classe, pois partem de transformações concretas nas relações de trabalho e na subjetividade dos trabalhadores. A partir desses pressupostos, para entender a classe trabalhadora na atualidade, é indispensável pensar a forma como a reestruturação produtiva adentra o mundo do trabalho, capturando a subjetividade do trabalhador e reorientando a consciência dos sujeitos.

Para proceder a análise, a partir desse momento, vincularemos a noção de classe às características da acumulação flexível verificadas nas novas formas de organização do trabalho que, especialmente a partir da década de 1980, aportaram no Brasil e redefiniram a subjetividade do trabalhador. Como forma de compreensão do que ora afirmamos, é útil mencionar um dos componentes que oportunamente surgiu agregado à ideia de flexibilização: o Toyotismo. O modelo Toyota corresponde a um formato de gestão implementado, a princípio, na fábrica Toyota, no Japão. Apesar de estarmos tratando no nosso campo empírico do comércio varejista na cidade de Vitória da Conquista, é importante considerar que as mudanças de gestão na fábrica tiveram repercussões no arranjo do setor terciário também. Afinal, alterou-se significativamente o perfil do mercado consumidor, hoje muito exigente quando diante da gigantesca diversidade de mercadorias adaptativas a tendências efêmeras do mercado global, e também fez emergir formas de gestão empresariais muito sincronizadas à ideologia de Ohno. Por isso, entender as metamorfoses do capital através do toyotismo é interessante para analisar as transformações verificadas no campo empírico a que dedicamos, especialmente em se tratando das relações de trabalho suscitadas pela gestão que ora debatemos.

Evidentemente, a flexibilização não se sintetiza como um modelo isolado de organização produtiva, ela mais se atrela às iminentes necessidades de perpetuação do sistema, que encontrou na flexibilidade as características adequadas aos desafios postos nessa transição de séculos, dissipando pelo mundo medidas voltadas à priorização dada ao capital. O Toyotismo, por sua vez, foi um modelo produtivo implantado na fábrica da Toyota por Taiichi Ohno (1912-1990), que, ao contrário da proposta de Henry Ford (1862-1947), surgida num período de vigor econômico do capitalismo, teve como base a tentativa de subsistir num contexto de lento e oscilante crescimento econômico, calcado na diversificação da produção, articulação à pequena demanda e combate a qualquer forma de desperdício.

O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, esse sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança,

o sistema Toyota, ao contrário revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso (OHNO apud PINTO, 2010, p. 61-62).

Nesses termos, o modelo Ohno – cujo livro “O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala”, com primeira edição no Japão em 1978 – se trata apenas do ponto de partida de um arcabouço ideológico e moral que desenha a gestão flexível de um capitalismo transnacional que se dinamiza até os presentes dias. A filosofia da Toyota, embora tenha sua gênese no Japão, foi rapidamente se alastrando pelo mundo, servindo de base para reestruturar a produção mediante as condições adversas da contemporaneidade. Paulatinamente, o modelo Toyota foi se tornando mais que uma forma de gestão, adquirindo status ideológico-moral, orientando a base do sistema e redefinindo os mecanismos de reprodução do capital.

Posto num cenário econômico oscilante, a proposta da Toyota se baseia na flexibilização da produtividade – invertendo o sentido da demanda pela produção *just-in-time* – na implantação de tecnologia de ponta em todo processo produtivo, fato que recrutou um contingente de trabalhadores multitarefa, com olhar totalizante sobre a cadeia, sob regimes de contrato igualmente flexíveis e horários de trabalho oscilantes. Em outros termos, a flexibilidade é a base fundamental do modelo japonês, em que qualquer forma de rigidez – como verificada na produção fordista – emperraria a ideia de Ohno e engessaria a dinâmica por ele sugerida num contexto de acumulação flexível. Para tal empreitada, os novos sistemas produtivos demandaram uma simultânea política neoliberal, acompanhada por um largo trabalho ideológico sobre os empregado, os quais, embora muitos tivessem sido prescindidos pela tecnologia, ainda seriam parte fundamental do que convencionou nomear “família Toyota”.

Parte primordial do modelo Toyota foi a construção de uma ideologia invasiva à subjetividade dos trabalhadores. É certo dizer que o toyotismo deu continuidade ao nexos de racionalização e exploração do trabalho com vistas à acumulação, contudo, o fordismo não continha esse componente psicológico penetrante do toyotismo, cuja ideia é se revela pela reconfiguração do comportamento dos trabalhadores através da arquitetura de meios de envolvimento subjetivo do trabalho produtivo à produção. Com destreza, então, o modelo toyotista introduz variáveis psicológicas no comportamento dos trabalhadores, capturando a subjetividade e apropriando-se da inteligência, fantasia, identidade, moral e vida social.

O trabalho ideológico do toyotismo – e, por extensão, em todo modelo flexível de acumulação – é insinuar que *business* é vida, é associar o empreendedorismo a uma meta geral da existência humana, é exceder a acumulação do chão da empresa e torna-la elemento moral de formação cidadã. O empenho do modelo flexível não é formar trabalhadores apenas profissionalmente qualificados, mas, sobretudo, equalizados ideológica e moralmente à ideia de acumulação e priorização incondicional ao capital.

As inovações sociometabólicas do capital se disseminam por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos

escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural e, inclusive, igrejas, que constituem uma pletora de “valores expectativas e utopias de mercado” que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção social. Eles são uma espécie de “nova língua” ou espécie de vulgata do capitalismo neoliberal. É o que Bordieu e Wacquant denominam de “imperialismo simbólico” (ALVES, 2011, p. 90).

Nesse sentido, o toyotismo é uma resposta às condições contemporâneas impostas à reprodução do capital, manifestando-se como resultante sócio-histórico de um largo processo de lutas entre forças antagônicas que eclodiram principalmente até meados do século XX. O modelo Toyota é a tentativa capitalista em prevalecer numa arena hostil à ideia de acumulação, é a ofensiva ideológica do capital voltada a suplantar qualquer meio de resistência posto pela classe que vive do trabalho. O Sistema Toyota, portanto, representa um período histórico, cuja máxima foi derrotar a classe operária no campo ideológico, político e econômico, atingindo a subjetividade e o senso de identidade dos trabalhadores. Embora saibamos que o toyotismo não sintetize todo o regime de flexibilização produtiva, sua compreensão é fundamental para entender os valores vigentes no atual contexto econômico e social (ALVES, 2011).

É importante salientar que a acumulação flexível – que ilustramos por esse modelo japonês, exportado ao mundo a partir da década de 1970 – opera num contexto de total contraditoriedade e exclusão social, entretanto, parece contar com uma anuência, não apenas do Estado, mas também da população, que sequer se percebe seduzida, massificada pela ideia de submissão e individualização. Pensando nesse fato, Alves (2011) define o atual “imperialismo simbólico” de “valores-fetichismo”, comparando-os com o que Émile Durkheim entendeu por “fato social”, em seu máximo poder coercitivo e penetrante. O autor entende que os valores-fetichismo operam numa “factualidade social”, interagindo na vida cotidiana dos sujeitos, capturando seus consentimentos no local de trabalho, no espaço social e familiar, remodelando linguagem, padrões de vida, expectativas e visões de mundo.

De modo prático, essa situação pode ser claramente observada em muitas esferas da produção e do seu arcabouço ideológico:

i. Programas de treinamento: Foi a partir da década de 1990 que o Brasil observou uma avalanche de cursos de treinamento que se multiplicaram nos diversos campos de trabalho, desde bancos, escritórios, escolas, repartições públicas, hospitais que foram atingidos por gestão em TQM (*Total Quality Management*), cujo discurso sugere novos padrões produtivos e comportamentais. A ideia é cooptar a visão dos operários de modo a garantir a sobrevivência de uma “nova cultura” e visão de mundo, em consonância com a inevitabilidade do atual contexto econômico. Embora o espírito toyotista esteja sendo posto na empresa, sua base é educativa, instrutiva e, por efeito, condutiva mediante uma base ideológico-discursiva altamente articulada e convincente. A ideia é instaurar uma nova consciência através de novas perspectivas capazes de romper com qualquer forma identitária que arranhe os caminhos do capital.



ii. Discurso empreendedor: A ideia do empreendedorismo e subsunção à exploração possui sutilidades no seu conteúdo. O discurso sempre extrapola o *lôcus* de trabalho e mobiliza a subjetividade dos trabalhadores, fazendo uso de referências religiosas, ditados populares, contos orientais, teorias da psicologia e psicanálise, estudos científicos ou biografias. A lógica é simples: capturar a subjetividade dos operários com vistas a justificar a exploração sob um sofisticado linguajar empreendedor. O trabalho em equipe, por exemplo, é comparado a uma competição esportiva, onde a vitória é alcançada pela integração do coletivo com foco à frente; a disciplina é justificada pela sabedoria milenar japonesa; o poder de liderança é fiscalizado com uso de requintes “psicologizados”. Nesse contexto, uma tempestade ideológica atinge os trabalhadores, envolvendo-os com um discurso moderno, absolutamente convincente por que trabalha pela sutileza, agride com um consentimento generalizado e excede o espaço de trabalho, adentrando a subjetividade e fazendo uso de valores morais como pretextos para respaldar a subsunção ao nexos do capital. Aqui o conhecimento e a inteligência são cooptadas para a produtividade, resultando num contingente de trabalhadores qualificados profissional e ideologicamente. Sobre esse fato, Antunes (2001, p. 206) conclui que o Toyotismo considerou que “o saber intelectual do trabalho é muito maior do que o fordismo e taylorismo imaginavam, e que era preciso deixar que o saber intelectual do trabalho florescesse e fosse também ele apropriado pelo capital”. A tônica do capitalismo flexível é subordinar consensualmente e coagir pela sutileza, situação essa nítida nas novas formas de exploração que adentram a cena com uma aparência de sofisticação e rompimento com um passado de embrutecimento da classe trabalhadora, mas que apenas agudizam a precarização e exploração. Sennet (1999, p. 54) acrescenta: “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam”.

iii. O mercado publicitário: Em simultaneidade com a era de reestruturação produtiva (ilustrada pelo toyotismo), foi possível observar uma multiplicação intensa do mercado de autoajuda, não apenas ilustrado por livros do gênero, mas também por palestras, seminários, *workshops*, biografias de grandes empreendedores, matérias espalhadas pelos aparelhos de mídia com a temática do *business* etc. Em concomitância com um contexto histórico, inscrito numa nova lógica imposta pela acumulação flexível, surge uma aparelhagem ideológica complexa para acomodar ideologicamente homens e mulheres às novas demandas do capitalismo. O discurso empreendedor, voltado ao sucesso individual a todo custo, extrapola o cotidiano do trabalho, tornando-se esvaziado de militância coletiva ou visão solidária, mas, sim, carregado por um discurso convincente porque insinua à alma ao apelar para componentes cotidianos e subjetivos como valores socialmente construídos. A ideia é levar as pessoas a abandonarem “velhas crenças” e assimilarem “novos valores” (de mercado), fazendo uso de argumentos calcados na moral e bons costumes, agora modulados pela exímia necessidade de perpetuação do capital. Sobre tal fato, Alves (2011, p. 97) lembra que esse é o “mundo social da nova

precariedade do trabalho que exige novas atitudes comportamentais das pessoas. Nesse contexto do capitalismo neoliberal, coloca-se a necessidade de novo nexos psicofísico ou de um novo homem produtivo”.

iv. A fugacidade: No contexto de acumulação flexível, tornou-se nítida a extensão do discurso produtivo para a esfera social, cultural, mais íntima dos trabalhadores. Aqui a vida social se sintetiza pela necessidade de reprodução do capital, afetando os valores, a fantasia, os anseios, a linguagem, as perspectivas das pessoas. Num contexto de rotatividade intensa de mercadorias, tem-se apelado de modo coercitivo para que o trabalhador adentre o consumismo incondicional, sujeito à efemeridade das mercadorias que se multiplicam aos olhos dos “cidadãos-consumidores”. A lógica é obsolecer rapidamente as mercadorias pelo poder de deslumbre que as mesmas exercem sobre os sujeitos para que, desse modo, se cumpra o empenho visceral do sistema: despertar o fetiche pela sobreposição da essência pela aparência, de modo que o ápice de toda existência pessoal se resuma na aquisição de coisas. Nesse viés ideológico, a ideia é comprar, é fazer parte de um sistema transitório de aquisição e descarte, ainda que tal ciclo redunde no endividamento e escravidão dos trabalhadores ao parcelamento eterno. Aqui, o fetichismo da mercadoria oculta as relações de trabalho sufocantes contidas na coisa, cuja essência se esconde sob um invólucro de desejos, fantasias, anestésias e fascínio socialmente coagidos pelos aparelhos a serviço do capital. Nas palavras de Navarro & Padilha (2007, p. 16): “a ‘coisa’ sufoca o ‘humano’”.

A matriz ideológica, em suma, é parte precípua do processo de reestruturação produtiva, sem a qual o engajamento moral e intelectual dos trabalhadores seria impossível. Pelo viés ideológico, a exploração e a precarização foram camuflados por uma nova postura agora tida como moderna, proativa e empreendedora, resultando numa vasta adesão mediante uma coerção social sofisticada, capaz de arrebatando a subjetividade de contingentes largos de trabalhadores, agora cooptados, não só pelo corpo – como insinuava Taylor – mas pela mente, pelas emoções, pela fantasia.

Em suma, pode-se observar que o componente ideológico é o alicerce mor do regime flexível, isso porque, ao contrário do modelo taylorista/fordista – que considerava o operário como um “gorila domesticado” – a ideia atual é arrebatando o pensamento do trabalhador, sincronizando suas potencialidades afetivo-intelectuais ao objetivo central: a reprodução do capital. Se antes ocorria uma integração mecânica entre o operário e sua produção, agora ocorre uma integração orgânica, cuja lógica advém do fomento à subordinação psicofísica do operário, e não apenas física (ALVES, 2011).

O mais perturbador é notar que a ação do atual regime flexível parece acalmar o confronto pela introjeção de uma ideologia que chega a se configurar em senso comum<sup>1</sup>, tão repetidamente mencionada no discurso dos trabalhadores. A base

---

<sup>1</sup> Estamos no processo de análise de entrevistas realizadas junto a trabalhadores e empregadores do comércio de Vitória da Conquista – BA acerca dos efeitos da acumulação flexível para a realidade local. O espaço que aqui dispomos não permite desenvolver mais detalhadamente os resultados parciais obtidos, sendo possível apenas tocar o tema sem grandes aprofundamentos.

discursiva da flexibilidade opera sob um consentimento generalizado, não encontrando resistências para sua reprodução e disseminação. A subjetividade do trabalhador tem sido enrijecida pela atuação ideológica do empreendedorismo neoliberal, articulando mecanismos de manipulação tanto no *lôcus* de trabalho como no convívio social dos sujeitos. Evidentemente, não pretendemos supor a extinção da luta de classe, mas é importante observar que os mecanismos de resistência são novos, dado o poder de suplantação que o capital tem adquirido na atualidade.

O “espírito empreendedor”, como aqui sugerido, é condição à empregabilidade, fato que permite deduzir a semântica contida na expressão “espírito” e sua articulação com a obsessiva fome do regime flexível pela subjetividade dos sujeitos. Fica, então, implícita a destreza do trabalho ideológico sobre os desejos mais íntimos (“espirituais”) de homens e mulheres subsumidos a ideia empreendedora dentro do contexto de flexibilidade.

A acumulação flexível tenta, evidentemente, romper com qualquer ideia coletivista, solidária que não esteja diretamente subordinada à acumulação e à exploração. Há uma tentativa de suscitar uma nova geração de trabalhadores, fato ilustrado pelos programas de demissão voluntária que visam “reciclar” equipes substituindo os “mais velhos” por uma geração mais disposta à sujeição, mais amplamente trabalhada em sua subjetividade à ideia de proatividade.

É claro o sentido ideológico do “voluntariado” que, em última instância, procura “culpabilizar” as vítimas. Além disso, há o mito da “demissão voluntária”, que, muitas vezes, não é nem um pouco... voluntária. Portanto, o processo de reestruturação produtiva é, deste modo, um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores que constituem os coletivos de trabalho nas empresas (ALVES, 2011, p. 108).

A reestruturação produtiva é, como afirma o autor, também uma reestruturação de trabalhadores, fato que tem sido acompanhado pelos critérios de admissão, que buscam analisar a predisposição dos sujeitos às novas formas de exploração. Os recém-egressos das faculdades em administração de empresas, por exemplo, tiveram acesso a um largo rol de conteúdos mercadológicos, visando atender às expectativas do “novo” capitalismo (ALVES, 2011). Essa nova geração, ao ingressar no trabalho, se auto-define como colaboradora e não mais funcionária ou operária, esta também é uma geração condicionada ao trabalho em equipe, totalmente esvaziado de um senso identitário de luta, mas plenamente formada pela ideia de subsunção consensual ao ideal empreendedor.

Em análise acerca do caráter expansionista do capital na Ásia e sua recente priorização por mão-de-obra mais jovem, Sennet observa que:

Os empregados mais velhos tendem a ser mais senhores de si e críticos dos empregadores que os colegas mais jovens. Nos programas de retreinamento, os trabalhadores mais velhos comportam-se como outros estudantes maduros, julgando o valor da capacitação oferecida e a maneira como é transmitida à luz da própria experiência de vida. O

trabalhador experiente complica o significado daquilo que aprende, avaliando-o de acordo com seu próprio passado. O jovem turco, em contrapartida, é um estereótipo falsificado por muitos estudos sobre próprios jovens trabalhadores: carentes de experiência ou de posição numa empresa, eles tendem a se comportar de maneira prudente, e quando não gostam das condições no emprego, mais provavelmente saem do que resistem, o que é possível porque os jovens trazem menos bagagem familiar e comunitária. [...] Os trabalhadores jovens, mais flexíveis, preferem sair quando estão insatisfeitos; os mais velhos, mais críticos, dão voz a sua insatisfação (SENNET, 2007, p. 92).

Destarte, existe uma diferença sutil entre trabalhadores mais velhos e os mais novos. Tais diferenças certamente se associam às distintas condições pelas quais esses sujeitos foram formados socialmente, fato que permite ancorar esses sujeitos à totalidade dialética. Se os “mais velhos” parecem ser mais resistentes, tal fato é resultado de sua percepção de mundo que, por sua vez, está inscrito num dado contexto histórico.

Na obra “A corrosão do caráter”, o mesmo autor faz uma reflexão pertinente ao que ora mencionamos. Sennet (1999) aborda o modo como o “novo” capitalismo afeta o caráter dos indivíduos porque se baseia no fugidio, no efêmero, no descartável. Ao analisar histórias de vidas em dois tempos diferentes, Sennet compreende que existe uma nova geração avessa a qualquer forma de rotinização e solidez, como sugestionado no período fordista. A imprevisibilidade, a capacidade de readaptação a circunstâncias adversas, bem como a construção de valores supérfluos, desprendidos de qualquer forma de perenidade são abordados como características típicas do novo modelo de cidadão. A ideia de longo prazo, segundo o autor, se tornou obsoleta, tanto no perfil aventureiro do empreendedor moderno, como nas relações sociais e nos vínculos afetivos. A reestruturação produtiva, então, faz emergir uma nova geração de trabalhadores, igualmente flexíveis, adaptáveis às mais severas condições de deterioração do trabalho e conformados com a superficialidade de vínculos trabalhistas, sociais ou afetivos.

O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento (SENNET, 2007, p. 33).

Em estudo sobre jovens trabalhadores na fábrica da Toyota na Argentina, Wikis&Battistini (2005) concluíram que os novos operários – dentro do capitalismo flexível – realmente demonstram uma ruptura geracional em relação ao perfil profissional de seus pais, contudo, os autores reconhecem que o senso de identidade desses sujeitos pode sofrer inferências de significados herdados pelo convívio social com os mais velhos. Em outras palavras, o estudo antropológico abordado por Wikis&Battistini, por um lado reconhece que foi suscitada uma

nova geração de trabalhadores – como sugere Sennet –, mas, por outro, insiste que as rupturas não foram tão marcantes como se supõe.

Enel caso que vinimosanalizando planteamos, por el contrario, que es posible ver enlostrabajadores de Toyota ciertareactualización de principiosheredados de lasgeneraciones anteriores que no permite hablar de rupturas generacionalesfuertes. Al analizar una identidad social tenemosencuentacómooperanlassocializacionespasadas y presentes, dentro y fueradeltrabajo, para que dicha forma identitariapuedaenmarcarladefinición de sí de lostrabajadores de la empresa Toyota (WIKIS & BATTISTINI, 2005, p. 61).

Ao priorizar funcionários mais jovens, como sinalizou Sennet (1999), as empresas reforçam a tentativa de romper com velhos paradigmas do trabalho. O próprio contexto histórico de mudanças confirma a existência de rupturas, todavia se remontarmos a própria concepção marxista que entende o trabalho como um ato sócio-histórico, deduziremos então que as experiências concretas da vida cotidiana, como supôs Thompson (1997), corroboram para construção do que se entende por identidade no mundo do trabalho. Ser trabalhador é equiparar-se às demandas vigentes, mas é, também, mescla-las ao cotidiano de vida que fazem do trabalho a “senha da identidade”, fato que impele as pessoas a “ancorarem sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em situação de desemprego” (NAVARRO & PADILHA, 2007, p. 14).

A concreticidade das relações sociais é elemento constitutivo da percepção do trabalhador sobre sua própria condição. É na concretude dos vínculos sociais que se encontram significados advindos do senso comum, que moldam o discurso do sujeitos e motivam a ação. Os discursos arrastam signos ancorados nas condições sociais de existência dos trabalhadores e revelam-se como parte essencial de estudos que ambicionem adentrar o mundo das representações.

#### A “nova” arquitetura do capital

Seguindo a análise da arquitetura ideológica da acumulação flexível, não é demasiado salientar que o poder perpassante do nexo do capital nos paradigmas contemporâneos adquiriu uma força altamente persuasiva, cuja subjetividade modela condutas por um engajamento generalizado. O nexo atual do capitalismo dissimula a fantasia, a identidade, a cultura a serviço de uma subserviência crônica à ideia do consumo, instaurando uma “aldeia global” imersa em ícones de desejo e fetiche cada vez mais globalmente aceitos.

A própria noção de consumo transcende a ideia de posse, não é apenas reprodução de forças, mas é, sobretudo, produção de sentido, é vender sensações a partir da forma simbólica adquirida pelo objeto de desejo (COSTA et. al., 2003). Assim, o trabalho ideológico desses “novos” paradigmas do capital deve ser muito bem articulado com vistas a garantir a perpetuação de um sistema cada vez mais escondido sob a forma de sofisticação e ostentação a partir de um suposto e fugidio crescimento econômico.

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Todos, assim, nos tornamos ignorantes. Este é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas, também, aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar (SANTOS, 1996, p. 45).

Assim, seria uma grande incongruência analisar a arquitetura do “novo” capitalismo, desconsiderando a subjetividade que trafega nas relações sociais e instituem representações comuns em meio aos sujeitos. Os discursos que contornam todo o pacote de mudanças impostas pela acumulação flexível são absolutamente ambíguos, porém articulados com instituições diversas capazes de suavizar a hostilidade da acumulação flexível. Assim, os aparelhos de mídia, o *marketing* impecável, que sugestiona novos comportamentos e hábitos de consumo, além do próprio discurso empreendedor, está a serviço do convencimento sobre a “sofisticação” que mascara todas as atrocidades sociais derivadas do capital.

A empreitada ideológica se posiciona, inclusive, no desenho espacial que faz parte do rol de transformações impostas no atual contexto. Logicamente as temporalidades são distintas, pois as mudanças não precipitam em simultaneidade pelo mundo, até mesmo porque as transformações que aqui analisamos perpassa por subjetivações muito mais complexas e que exigem tempos peculiares para tal, afinal, mudanças comportamentais carecem de um processo muito mais articulado de persuasão. Alterar atitudes solicita mudar representações e afinidadessendo que, para tal, há que se invadir a cultura, o desejo e a fantasia de modo perspicaz e efetivo.

De todo modo, muito eficazmente a acumulação flexível executou esse papel, instaurando transformações profundas no seio social e nas representações dos sujeitos, equalizando desejos e sonhos a moldes homogeneizantes. A própria organização do espaço se tornou um *locus* privilegiado onde se precipitam essas transformações, induzidas pelo momento histórico do capitalismo. Sobre essa ideia, Milton Santos chama atenção para o processo vertiginoso de internacionalização da produção com exemplos bastante pontuais.

[...] os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados

obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1996, p. 56).

O trecho permite uma série de análises que são úteis para o debate que aqui propomos. Primeiro, o autor entende que a transnacionalização da produção se mostra hostil à medida que gera estranhamento de significados contidos nas mercadorias. À medida que ocorre a internacionalização dessa produção, com retirada de caracteres regionais no objeto, bem como no discurso nele embutido, existe um simultâneo distanciamento do sujeito em relação à "coisa" carregada de conflituosidade. Assim, o manuseio (ou o comportamento) requerido pela "personalidade" intrínseca ao objeto em questão se torna estranha, alienada e alienante. A transnacionalização do capital, portanto, agrava a alienação, acirrando fissuras contidas nas relações sociais advindas do modo de produção, cujo distanciamento impede os sujeitos de se reconhecerem nos padrões de comportamento cada vez mais sincronizados ao nexo global. Em comparação ao período que antecede ao que Santos entende por sociedade técnico-científica-informacional, salienta que "antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização é, cada vez mais longínqua e estranha. Antes, a sua razão era a própria vida, hoje é uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos homens e a evolução dos espaços" (SANTOS, 1996, p. 57). Em outras palavras, temos "existências" e "espaços" cada vez menos humanizados, menos feitos por sujeitos locais, e mais racionalizados a uma lógica produtiva global.

Segundo, ao utilizar o exemplo da hidrelétrica, o autor chama atenção ao fato de que transformações estruturais, assentadas em mudanças de cenário político e econômico que, por extensão, se materializam no espaço, são carregadas de discurso, aliás, são discursos ideológicos. Essa realidade pode ser constatada pela aceitação que essas transformações acabam adquirindo no senso comum, pois, quando envoltas por textos ideológicos, tornam-se mais palatáveis e encontram menores resistências, mesmo que arrastem consigo um número infundável de prejuízos sociais.

Oportunamente, o exemplo abordado por Santos serve para o tema que propomos estudar. Semelhante ao discurso sobre a positividade da hidrelétrica e seus promissores benefícios, a acumulação flexível também aportou envolta por esse discurso otimista. A cidade que analisamos vivenciou os efeitos mais claros da acumulação flexível um pouco mais tardiamente, afinal, como já afirmamos, as temporalidades são distintas em cada lugar e, pensando na flexibilidade como um processo não apenas territorial e econômico, a subjetivação que lhe é implícita torna sua propagação um fenômeno muito mais inconstante. Nos anos 1990,

quando iniciou mais incisivamente o processo de privatizações, ingresso pesado de novas tecnologias e vertiginosa internacionalização do capital, observava-se também um discurso esperançoso sobre o novo século. Havia expectativa de que a popularização das tecnologias pudesse criar novas relações sociais e que a penetração do capitalismo transnacional melhorasse significativamente os índices de crescimento e democratizasse o usufruto do mesmo (CHOMSKY, 2008). A grande ingenuidade que atingia a todos que assim acreditaram se situa no fato de que a economia podia crescer e a pobreza aumentar sem que uma coisa impedisse a outra (GENTILI, 2008).

Assim, a conversão de séculos foi marcada por arrojadas transformações no cotidiano das pessoas, pela popularização de aparatos tecnológicos e hábitos de consumo até poucos anos atrás inimagináveis, porém, surpreendentemente, esses elementos não foram capazes de melhorar as sociedades como um todo. A suposta "aldeia global" não apaziguou conflitos, ao contrario, os agudizou à medida que escancarou fissuras nas relações sociais e identidades que se perderam na artificial tentativa de "ocidentalizar" o mundo. Nas palavras de Hobsbawm (1997, p. 393): "a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise".

De todo modo, o teor ideológico que revestia o projeto capitalista de sociedade para o século XXI foi se mostrando perverso à medida que sua indumentária ideologizante foi se revelando incompatível com as necessidades sociais da população. Esse fenômeno global apresentou contornos locais, conectando espaços aceleradamente e, ao mesmo tempo, impondo padrões que ofuscaram - por vezes, extinguiram - peculiaridades locais.

Vitória da Conquista, a partir do ano 2000, mergulhou nesse fenômeno, edificando na cidade umarápida aparência de cosmopolitismo. Quase simultaneamente, adentraram nessa cidade empresas e franquias até então desconhecidas pela população local: Mac Donald's, Bob's, Casas Bahia, Ricardo Eletro, Lojas Americanas, Subway, Ibis etc. São empreendimentos que trazem consigo simbologias e instituem também padrões comportamentais. Nesse sentido, é válido lembrar que quando falamos dos efeitos da acumulação flexível no espaço regional, não estamos sintetizando-os à "nova" dinâmica econômica marcadamente conjugada à internacionalização do capital, estamos falando também da forma como tais perspectivas adentraram o discurso das pessoas e assombrou olhares, ora pela sensação de constrangimento diante da amplitude do fenômeno e, conseqüente, não-reconhecimento do seu "nicho" identitário num espaço tão metamorfoseado, ora pela sensação de "orgulho" advindo do aparente metropolitanismo.

A ideologia que serve de pretexto para a acumulação flexível, então, colide com identidades frágeis e eclodem em sensações momentâneas de "despertencimento" e descolam os sujeitos dos seus espaços, agora progressivamente menos humanizados e cada vez mais funcionais. A insistência do "novo" capitalismo é converter o "local" em "global", não com vistas a promover um cosmopolitismo sob a égide da democracia, menos ainda para apaziguar os contrastes sociais que insistem em existir, mas para, sobretudo, garantir a circulação do capital e manutenção de forças hegemônicas.



As mudanças na silhueta da cidade foram marcantes, com edificação de hipermercados, shopping-centers, lojas de departamento com fachada extravagante que impunham o discurso de que “a cidade finalmente cresceu”. Esse parece ser slogan comum no discurso proferido pelas pessoas, que entendem esse crescimento local como efeito natural da “modernidade”, reproduzindo, assim, o velho discurso neoliberal que culpabiliza os “fracassados” pelo seu fracasso. Se a acumulação flexível excluiu, ela o fez por incompetência daqueles que não souberam acompanhar a “evolução” do sistema. Essa é ideia tão frequentemente exposta pelas pessoas.

As mudanças na estrutura econômica repercutiram na organização do espaço que se tornou um campo propício para apreciação do estudo que desenvolvemos. Por essa razão, quando inserimos o espaço e sua relação dialética com a acumulação flexível, é-nos permitido observar o processo de desterritorialização e fugacidade dos investimentos corporativos internacionais – que reorientam e desfazem economias inteiras na busca incessante por condições propícias à lucratividade – quando também é possível notar tais transformações no microcosmos urbano, afinal, as cidades passaram por um fenômeno abrupto de mudanças que superlotaram os “serviços” e acentuaram a silhueta excludente das periferias.

O espaço urbano, mais do que nunca, se converteu em arena de escancaramento da desigualdade e da pauperização de grandes contingentes humanos em prol da acumulação do capital. Em outros termos, o espaço é resultado literal do modelo de organização histórica das sociedades, que afixam nele suas mais graves dicotomias e ambiguidades, postas nas entrelinhas dos traçados urbanos e no constrangimento que a efêmera prosperidade dos centros empresariais impõe às populações mais pobres. Ser “filho” de um espaço urbano – cada vez mais privatizado pelo poder expansionista do capital – significa acatar com as mudanças no senso de identidade materializado no espaço, mas é também negar-se como cidadão de um ambiente cada vez mais exclusivo àqueles que podem pagar pelo seu acesso. A estrutura política neoliberal, realçada pela reestruturação produtiva, implica numa reestruturação também comportamental de trabalhadores e de consumidores, numa reestruturação de perspectivas cidadãos e reestruturação no arranjo espacial, mais do que nunca calcado na ideia prioritária do expansionismo capitalista.

Para exemplificar essa afirmativa, os *shopping-centers* são porção emblemática da atual conjuntura expansionista do capitalismo flexível, onde a sofisticação promovida pelo sistema de iluminação, pela arquitetura arrojada e a climatização geram a impressão de que este é um lugar “público”, cuja engenharia soube materializar perfeitamente as necessidades dos cidadãos. A ideia de espaço público no interior dos shoppings falseia o caráter altamente ambicioso do capital privado, que regimenta condutas e exclui, sob uma aparente prosperidade do todo. Os shoppings ilustram a materialização da ideologia neoliberal, que ergue os espaços privados como ambientes adequados, capazes de suprir a ação deficitária do Estado.

Com olhos viciados na racionalidade econômica do capital, os gestores dos shopping-centers redesenham cidades e suas praças públicas, recriando-as mais limpas, mais bonitas, mais modernas, mais práticas e mais seguras, de forma que as pessoas sintam mais prazer no mundo artificial “de dentro” que na realidade real “de fora”. Esse prazer provocado artificialmente, mesmo ilusório, acaba por dificultar a tomada de consciência dos conflitos sociais e econômicos, do imperialismo norte-americano, dos riscos trazidos pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico sem limites, da manipulação do “tempo livre” pela via do consumo etc. (PADILHA, 2006, p. 26).

Os *shoppings* são uma réplica fiel do “novo” capitalismo, cuja sociedade tem sido fetichizada com a “forma fantasmagórica da mercadoria” (MARX & ENGELS, 2007), e destituída de sentido para além do consumo. O atual cenário demonstra que homens e mulheres se acostumaram com a ideia de consumirem a felicidade, a fantasia, a segurança, em suma, se acostumaram a garantir sua existência pessoal apenas quando se ocultam sob as mercadorias que consomem.

Por esse propósito, os centros urbanos brasileiros hoje são equipados com bolsões de prosperidade que contrastam com um contingente gigantesco de sujeitos excluídos, fadados a viverem em subúrbios precários sob o estigma da precarização no trabalho. A sensação de prosperidade advinda da multiplicação de grandes redes e franquias nacionais e internacionais inspira a percepção de que essa é uma “prosperidade de todos”, “uma conquista do município”, fato inclusive utilizado pelo poder público como plataforma de campanhas políticas.

Nesse início de século, além de um grande *shopping-center*, a cidade de Vitória da Conquista tem notado um aumento significativo no número de hipermercados, *fast-food*se lojas de capital estrangeiro que, até década de 1990, não existiam aqui. A quase simultaneidade da chegada dessas empresas realça a dinâmica em curso do sistema que afetou a organização econômica da região ao qual nos referimos. A aparência de cosmopolitismo, rompendo com a sensação pacata interiorana do município, vai deixando a controversa impressão de que esta é uma “evolução” necessária para o bem-estar de todos e para a melhoria da qualidade de vida.

Desse modo, a sensação de que o expansionismo capitalista é de interesse público omite o caráter privativo desse fenômeno, calcado na exploração e aviltamento do trabalho, e que, ao final, gera números “incontestáveis” acerca do crescimento econômico e redinâmica no fluxo de mercadorias, como se estes permitissem usufruto de todos. O crescimento econômico transparecido pelo processo expansionista do capital desrespeita identidades regionais, maquia a desigualdade social e impõe uma subjugação crônica à ideia do consumo. Nesse discurso, consumismo se torna sinônimo de qualidade de vida, aquisição de mercadorias passa a ser condição para exercício da vida social, pois a aceitação social fica então condicionada à adequação ao padrão transnacional de consumo.

As remodelagens nos centros comerciais, bem como nas relações neles traçadas, são, por conseguinte, a mais emblemática expressão da dinâmica intervencionista do capital sobre o espaço, com vista a garantir a propagação do consumo, a captura da subjetividade dos sujeitos e, sobretudo, o mascaramento

das tensões que colidem nas relações sociais altamente desiguais e expostas à barbárie do substrato mais nefasto da exclusão. De forma idêntica, os vínculos sociais embutidos nos novos paradigmas capitalistas também possuem um caráter fetichista, encoberto por relações de trabalho calcadas na flexibilidade, com uma clara erosão de direitos trabalhistas, mas, que num olhar aligeirado, se mostram sofisticados, aparentemente distintas das “inescrupulosas” relações de trabalho nas obsoletas e desconfortáveis fábricas fordistas no início do século XX.

Esse fenômeno ampliatório dos espaços privados se tornou nítido em outros locais de circulação comercial. As grandes lojas de departamento, aliadas a redes e franquias estrangeiras e nacionais redesenharam a dinâmica local de muitas cidades, eclodindo uma concorrência assimétrica, com destruição de micronegócios e polarização de nichos específicos do consumo. Destarte, o alargamento das redes transnacionais, que recentemente aportou em cidades de médio porte, impactou o fluxo de capitais, a dinâmica comercial e os próprios vínculos sociais. Agora, o sistema tenta formar um novo perfil de trabalhador, gestor e consumidor, muito mais equalizado ao cosmopolitismo artificialmente criado pelo capitalismo flexível que, inscrito em redes globais de tecnologia, induz padrões comportamentais segundo ditames imperialistas do capital.

O habitante da sociedade capitalista é enlaçado na teia trançada de bens-mercadorias e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe. Isto é reforçado de outro lado por um desenvolvimento que é análogo ao que continua na vida do trabalhador: a atrofia da competência. No fim, a população acha-se, quer queira quer não, na situação de incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado, por um dos múltiplos ramos novos do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo o trabalho é efetuado sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

Estamos falando de uma modernização conservadora, onde a máquina estatal, acionada pelos rearranjos impostos pela flexibilização, se encontra cada vez menos disponível às necessidades mais elementares da população, porém, cada vez mais manejada pelas demandas expansionistas do capital.

Assim sendo, a política neoliberal, associada à acumulação flexível, fez com que “a parte” sofresse influência “do todo”, num movimento dialético que gerou efeitos, mesmo nos espaços mais tradicionais de comércios locais, requerendo mudanças para sobrevivência numa arena marcada pela ação predatória do capital transnacional. A não adequação aos padrões de acumulação poderia, então, extinguir empresas, fato nítido, especialmente, na redução dos custos de produção que, no geral, se baseiam na precarização do trabalho e deterioração de vínculos e direitos trabalhistas.

Nesses moldes, a modernização não extinguiu a precarização do trabalho, pelo contrário, a agudizou, porém com maior sutileza, com hábil perspicácia da sedução ideológica que invade a subjetividade dos trabalhadores e, com seu consentimento, lhes violenta subsumindo-os aos ditames da acumulação flexível.

Por esses termos, estamos cientes de que uma “nova” etapa do sistema capitalista paulatinamente foi se instalando no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, e hoje se mostra calcada na flexibilização, em total oposição ao que se verificava até os anos 1980. Por outro lado, não podemos concordar com uma história linear, estanque e compartimentada por períodos históricos isolados, pois, especialmente quando tocamos estudos em representações sobre as coisas, os significados se mesclam, permitindo que o “velho” e o “novo” se concatenem no “hoje”.

### Considerações finais

O presente texto se empenhou em esquadrihar o fenômeno da acumulação flexível como representante de um momento histórico do capitalismo em sua tentativa de perpetuação num contexto de imprevisibilidade econômica. O “novo” capitalismo, ilustrado pela flexibilidade, não se sintetiza a reestruturações econômicas ou políticas que o apoiam, mais que isso, a acumulação flexível implica em mudanças na subjetividade dos sujeitos, inaugurando um “novo” homem capitalista.

Os impactos desse rearranjo são notórios nas relações de trabalho, no perfil cada vez mais complexo do consumidor, nas estratégias de persuasão da mídia, nos padrões de consumo, nos valores fugidios de sujeitos “coleccionadores de mercadorias<sup>2</sup>” e, também, na espacialidade das cidades. Os ambientes urbanos se tornaram palco onde as ambiguidades inerentes ao capitalismo se complexificam, materializando-se de um modo claro e literal, impondo uma superfície de vantagens através da omissão da exclusão como consequência mais nefasta dos padrões de consumo cada vez mais predatórios.

Destacamos, por fim, o caso específico de Vitória da Conquista, cidade que tardiamente visualizou a entrada do capital estrangeiro e teve seu espaço urbano profundamente alterado com vistas a atender ao imediatismo do capital. O ingresso de empresas e logomarcas estrangeiras impuseram novos padrões comportamentais que, ora despertam estranheza por demonstrarem-se hostis e sem vinculação identitária local, hora convertem-se em fantasia, fetiche e desejo.

### Referências

- ALVES, G. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. O sistema do metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. In: \_\_\_\_\_ (org.). Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BRAVERMAN, H. Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

---

<sup>2</sup> Ironia empregada por Karl Marx (1996) em “O capital” ao se referir aos fetichizantes padrões de consumo da sociedade capitalista.

- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, N. A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião? In: \_\_\_\_\_ (org.). A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, P. (org.). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 5ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2008. (Coleção A Outra Margem). (pp. 7-45).
- COSTA, M. V; SILVEIRA, R. H. & SOMMER, L. H. Estudos culturais em educação e pedagogia. Revista Brasileira de Educação. Num. 23. Maio/Jun/jul, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-2472003000200004&Ing=pt-&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-2472003000200004&Ing=pt-&nrm=iso). Acesso: 29 de Agosto de 2012.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Educação e Sociedade, Vol. 28, Num. 100. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428-100.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2013.
- MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. (1845-1846). Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NAVARRO, V. L. & PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. Psicologia & Sociedade, Vol. 19. Edição especial 1, Ribeirão Preto: USP, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400004&script=sci_arttext). Acesso em 02 de junho de 2013.
- PADILHA, V. Shopping center: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PINTO, G. A. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SALERNO, M. S. Flexibilidade e organização produtiva. In: \_\_\_\_\_ (org.). A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec Ed., 1996.
- SENNET, R. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 2. ed. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- . A cultura do novo capitalismo. Trad. Clovis Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- WILKIS, A. & BATTISTINI, O. R. El valor del trabajo en las construcciones identitarias de un grupo de asalariados jóvenes. Cuadernos de Antropología Social, num. 22, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires – UBA, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-275X2005000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-275X2005000200004&script=sci_arttext) Acesso em: 04 de junho de 2013.